

# Os impactos socioambientais da **soja** no Paraguai – 2010

ONG Repórter Brasil  
[www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)  
Base Investigaciones Sociales  
[www.baseis.org.py](http://www.baseis.org.py)  
Agosto de 2010



*Fronteira entre comunidade indígena Campo Agua'ê e área de soja de brasileiros no departamento de Canindeyú: proximidade eleva risco de contaminação por agrotóxicos.  
Fonte: Base IS*

# Apresentação

Estima-se que Brasil, Argentina e Paraguai encerrarão a safra de soja 2009/10 com uma espantosa marca: os três países serão responsáveis por 50% da produção mundial do grão. A colheita esperada<sup>1</sup> por eles em conjunto é de 130,7 milhões de toneladas, ante uma produção global de 259,7 milhões de toneladas. O Brasil se destaca com 69,0 milhões de toneladas colhidas (26,5% do total mundial), e é o segundo maior produtor global, atrás apenas dos Estados Unidos, que colhe 91,4 milhões (35,1%). A Argentina é o terceiro maior produtor, com 54,5 milhões (20,9%), e o Paraguai é o sexto, com 7,5 milhões (2,8%), atrás apenas da China e da Índia.

Com essa posição no xadrez da agricultura mundial, os vizinhos de Mercosul consolidam-se como os grandes fornecedores de soja para a indústria alimentícia internacional, sobretudo àquela relacionada à produção de carnes. A maior parte da colheita é exportada na forma de grãos, farelo e óleo para a China, o Japão e a União Européia. Nesta safra, os volumes são os seguintes: o Brasil prevê exportar 42 milhões de toneladas, o equivalente a 60,8% de sua produção; a Argentina outros 40 milhões, 73,5% do total colhido; e o Paraguai mais 5,6 milhões, que representam 77,7% dos grãos lá produzidos.

A expansão da lavoura de soja nos três países possui várias explicações, que passam pelo clima favorável, o desenvolvimento de variedades locais, a presença de uma cultura agropecuária e políticas públicas favoráveis à expansão da fronteira agrícola. Mas um fator historicamente se destaca: o baixo preço relativo da terra<sup>2</sup>. É esta variável econômica que tem permitido a agricultores da região atenderem ao aumento da demanda mundial por soja. No Brasil, a ocupação de terras baratas permitiu a expansão das lavouras do sul em direção ao norte, sobretudo às regiões de Cerrado, a partir dos anos setenta.

No caso do Paraguai, tema central deste estudo, o avanço se deu a partir da fronteira com o Brasil, de onde agricultores partiram em busca de terras mais baratas, principalmente na última década. A lavoura de soja chegou a departamentos<sup>3</sup> como Alto Paraná e Itapúa, causando a destruição da floresta original remanescente nessas regiões. Hoje, assim como no Brasil a expansão das lavouras no centro-sul desloca atividades como a pecuária para a Amazônia, no caso do Paraguai esse mesmo fenômeno acontece com o Chaco: a “mancha de soja” que vem dos departamentos próximos à fronteira empurra o gado para norte, onde está o Chaco – área em que os índices de desmatamento aumentaram nos últimos anos.

Além de dinâmicas de expansão e de impactos ambientais semelhantes, Brasil e Paraguai também acumulam experiências parecidas a respeito dos impactos sociais causados pela soja. O modelo pelo qual se expande a cultura, baseado na grande propriedade monocultora, no intenso uso de agrotóxicos e no baixo emprego de mão-de-obra não é compatível com as

<sup>1</sup> Dados do Departamento de Agricultura dos EUA, exceto Paraguai, cujos números são do governo nacional.

<sup>2</sup> Galinkin, Maurício. Expansão da soja no Cerrado – uso de instrumentos econômicos para a defesa da biodiversidade. Brasília, Cebrac, 2002.

<sup>3</sup> Departamento equivale à região administrativa de um Estado brasileiro.

tradicionais formas de vida no campo representadas pelo campesinato. Onde uma predomina, a outra tem de se afastar. Daí tantos conflitos agrários recentes vivenciados entre grandes proprietários e militantes de movimentos sociais do campo dos dois lados da fronteira.

No caso específico do Paraguai, o cenário se torna ainda mais grave pela internacionalização extrema do setor sojicultor do país. Os grandes produtores são brasileiros que atuam de modo integrado com grandes conglomerados internacionais de grãos. Além disso, organizações instaladas no Brasil têm importado soja do Paraguai para a manutenção de suas atividades, como indicam dados fornecidos pelo governo do Brasil. Das oito maiores companhias brasileiras importadoras de produtos paraguaios, cinco trabalham com soja: Bunge, ADM, Sadia, Agrícola Horizonte e Multigrain. Também importam em menor escala empresas como Cargill, Caramuru e cooperativas como Aurora e Cocamar.

Entre janeiro e junho de 2010, o Brasil importou 111,3 mil toneladas de soja do Paraguai, 263% a mais do que no mesmo período de 2009. Em volume financeiro, o produto foi o segundo mais importado pelos brasileiros, perdendo apenas para o trigo. Essas conexões das cadeias produtivas ajudam a explicar por que o complexo da soja permanece em seu estágio mais primário no Paraguai. Enquanto o Brasil processa 46,3% de sua produção de soja no próprio país e a Argentina, 63,3%, no Paraguai esse índice é de apenas 20,8%. Com isso, o país agrega ainda menos valor às suas vendas externas na comparação com os dois vizinhos, que exportam mais farelo e óleo.

Ao longo deste estudo, *Base Investigaciones Sociales* e *ONG Repórter Brasil*, parceiras nesta empreitada investigativa, apresentam aos seus leitores uma análise ampla sobre o complexo da soja no Paraguai, seus aspectos econômicos e implicações socioambientais. Fazem, sobretudo, uma leitura crítica da realidade a partir da perspectiva daqueles que assistem à expansão da lavoura, mas não são beneficiados por ela – os camponeses que são expulsos de suas terras, os indígenas que têm suas lavouras contaminadas e os trabalhadores cuja força de trabalho é explorada.

## **Importância da soja para o PIB paraguaio e para sua economia em geral**

---

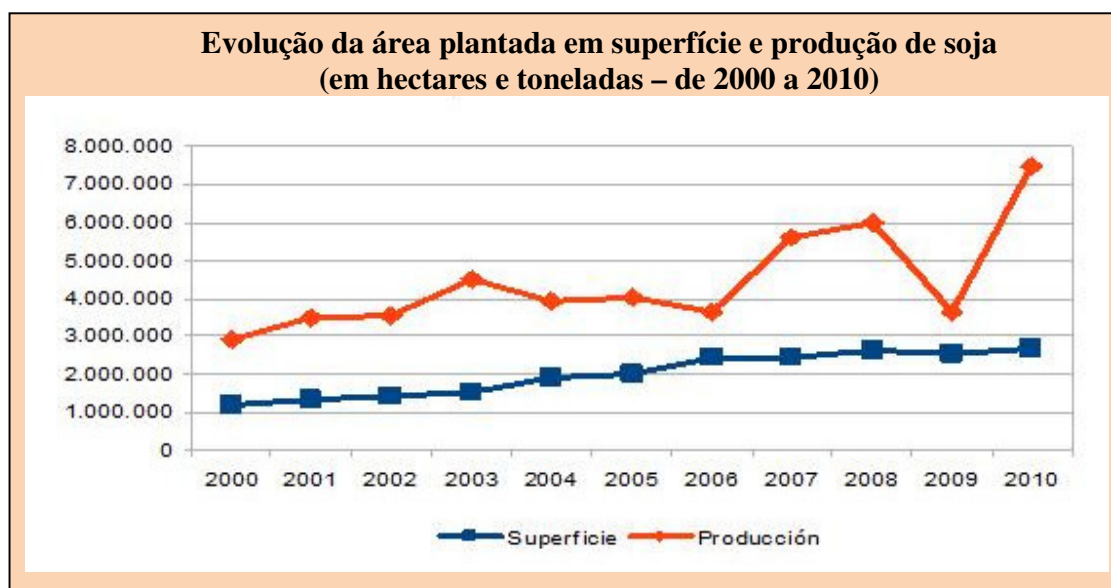
Na última década, a soja tem se convertido no principal item produzido pela economia paraguaia e no maior produto de exportação. A partir do ingresso no país na década de 1970, na fronteira Leste, limite com o Brasil, o grão apresentou um crescimento constante e, em alguns períodos, até acelerado, especialmente nos últimos dez anos, resultado da incorporação de material genético modificado.

O setor primário da economia do país representava, no primeiro trimestre de 2010, aproximadamente 26% do PIB, incluindo atividades agrícolas, pecuárias e florestais. Já o setor industrial e a construção respondem por somente 17%, o que põe no relevo o escasso desenvolvimento dos processos industriais no Paraguai. O setor terciário, o de serviços, gera 50% do PIB. Especificamente, a atividade agrícola representa 20%, incluindo a agricultura mecanizada e a tradicional.

<b>Principais produtos agrícolas – Safras 2009/10</b>		
<b>Produtos</b>	<b>Superfície</b>	<b>Produção</b>
	<b>Hectares</b>	<b>Toneladas</b>
Soja	2.682.000	7.500.000
Milho	650.000	1.625.000
Trigo	560.000	1.261.800
Mandioca	250.000	3.625.000
Girassol	150.000	255.000

*Fonte: Ministério da Agricultura do Paraguai*

Ao observar os cinco principais produtos agrícolas, segundo a superfície cultivada, percebe-se que quatro pertencem principalmente à economia mecanizada e apenas um é característico da atividade camponesa: a mandioca. A soja está no primeiro lugar com 2,6 milhões de hectares, seguida do milho e do trigo. A produção da oleaginosa é a estrela do agronegócio e seus promotores visam continuar aumentando seu peso na economia nos próximos anos. Em 2000, foram cultivados 1,2 milhões de hectares de soja, tomando renovado impulso a partir da introdução no Paraguai, pelas corporações transnacionais, das sementes geneticamente modificadas. Em 2006, essa superfície foi duplicada, ultrapassando os 2,4 milhões de hectares. Na última safra, cultivaram-se quase 2,7 milhões de hectares.



A produção marcou novo recorde em 2010 atingindo 7,5 milhões de toneladas, frente as 3,6 milhões de 2009, ano influenciado fortemente pela seca na região. Dez anos atrás, a produção estava em volta de três milhões de toneladas.

<b>Produtividade</b>	
<b>Ano</b>	<b>kg/hectare</b>
2000	2.426
2001	2.594
2002	2.454
2003	2.915
2004	2.020
2005	2.020
2006	1.501
2007	2.297
2008	2.257
2009	1.445
2010	2.792

*Fonte: Capeco*

O rendimento tem sofrido altas e baixas na última década. Em 2000 foi de 2,4 toneladas por hectare, enquanto no presente ano atingiu 2,7 tonelada por hectare. O pico histórico foi alcançado em 2003, com quase três toneladas por hectare. Porém, também houve anos de produtividade muito baixa, como 2006 e 2009, com apenas 1,5 tonelada por hectare. Em geral, não se observa melhora substancial na produtividade da soja no país no longo prazo, embora haja intensiva utilização de agrotóxicos e fertilizantes em seu processo produtivo.

## **Geração de empregos pelo setor**

Com relação ao emprego, o Paraguai possuía uma População Economicamente Ativa (PEA) de 2.981.126 pessoas em 2008. O processo de inserção subordinada ao comércio mundial fez com que o Paraguai se especializasse na produção de algumas commodities capital-intensivas de baixa demanda de trabalho. Nesse processo, a população camponesa foi progressivamente deslocada para as áreas urbanas. Em 1992, a população urbana superou a rural pela primeira vez, por causa da constante migração gerada pelos efeitos da expansão do modelo agroexportador. Como setor industrial é limitado quanto à geração de empregos, o setor terciário, em que predominam atividades informais de baixa renda, foi se incrementando aceleradamente.

A tecnologia do cultivo mecanizado da soja não gera muitos postos de mão-de-obra. Uma única pessoa pode tomar conta de 200 hectares e seu salário chegar, no máximo, a 1.500.000 guaranis<sup>4</sup> ou 320 dólares. No cultivo da soja, em alguns casos, os peões são paraguaios porque convém ao produtor ter um bom relacionamento com a comunidade, mas na maioria dos casos os produtores brasileiros trazem sua mão-de-obra do Brasil. Os salários, porém, também são baixos. Antigamente, na década de noventa, o cultivo da soja criava uma quantidade maior de empregos. Com a geração de renda através do grão, o produtor dava trabalho ao vizinho, ao amigo e ao filho, mas agora, com o avanço

<sup>4</sup> 1 U\$S equivale a Gs. 4.700.

tecnológico desenvolvido, essa fonte de empregos secou<sup>5</sup>. Enquanto isso, o setor primário respondia por 26% da PEA (2008), com quase 800 mil pessoas; o secundário, por 18%; e o terciário por 55%. Nesse último setor, estão incluídos quem trabalha por conta própria, com venda informal, serviços domésticos, funcionários públicos e comerciantes.

No Paraguai, 40% da população continuam sendo rural e a PEA nesse setor é conformada por 1,2 milhões de pessoas. Segundo o último censo agropecuário, realizado em 2008, os produtores de soja no país todo são 27.735, o que representa menos de 3% da PEA rural. A monocultura gera poucos empregos para a economia, tanto na etapa produtiva, pela alta concentração da terra nessa atividade, quanto nas tarefas de provisão de insumos tecnológicos, armazenamento e exportação. Essas tarefas encontram-se controladas por transnacionais, que, com número relativamente pequeno de funcionários, obtêm grandes lucros da importação de insumos e a exportação de soja. As principais transnacionais são: Cargill, com 380 funcionários no país, ADM, com 450, e Bunge, Dreyfus, entre outras, com uma quantidade similar de trabalhadores.

A implantação do pacote tecnológico das sementes de soja transgênica e a mecanização da monocultura implicaram numa drástica diminuição na oferta de trabalho nas regiões produtoras nos últimos anos. Um trabalhador<sup>6</sup> da Prefeitura de Minga Porá diz que “antes da mecanização, 25 anos atrás, cem hectares significavam cem pessoas para lavrar, hoje em dia ninguém lavra, então essas pessoas não têm mais trabalho”. As comunidades cujo mercado de trabalho se viu mais afetado pelo ingresso da soja, segundo entrevistas realizadas, são as do departamento do Alto Paraná e Itapúa: tratam-se dos departamentos nos quais o cultivo de soja está mais consolidado. Na maioria das comunidades, a situação é bem negativa, e a percepção de diminuição da mão-de-obra supera 60% em todas elas.

Ligado à escassez de mão-de-obra gerada pelo modelo de produção agroempresarial, aparece o fenômeno da concentração da riqueza. Dados da Prefeitura de Minga Porá<sup>7</sup> comprovam que os benefícios gerados pelo cultivo de soja são monopolizados por poucos agricultores (a maioria, brasileiros), e que a produção nos silos destina-se, em sua maioria, a empresas multinacionais. Com a falta de oportunidades, a migração se amplia. Um servidor distrital diz que “os silos utilizam temporariamente a mão-de-obra, o que não significa grande quantidade de trabalho para as pessoas do distrito<sup>8</sup>. A soja é o principal contribuinte econômico do distrito, mas não implica em geração de postos de trabalho”.

Em outras palavras, os silos geram postos de trabalho somente em determinados momentos do ano, entre dezembro e março, quando a soja é colhida. Além disso, não empregam trabalhadores de mais de 30 anos de idade, pois só requerem jovens em boa forma física e com força suficiente para realizar o trabalho rapidamente. Um dirigente jovem da Parcela Oito<sup>9</sup> define a situação como “exploração direta dos jovens”. Na comunidade de Parirí, em Caaguazú, chegam a trabalhar, em alta temporada, 22 jovens da comunidade nos silos da

<sup>5</sup> Entrevista de um dirigente camponês de Alto Paraná.

<sup>6</sup> Neste trecho, assim como em outros do relatório, a identidade do entrevistado não será revelada a fim de preservar sua segurança.

<sup>7</sup> Localidade situada a menos de 40 km da fronteira com o Brasil.

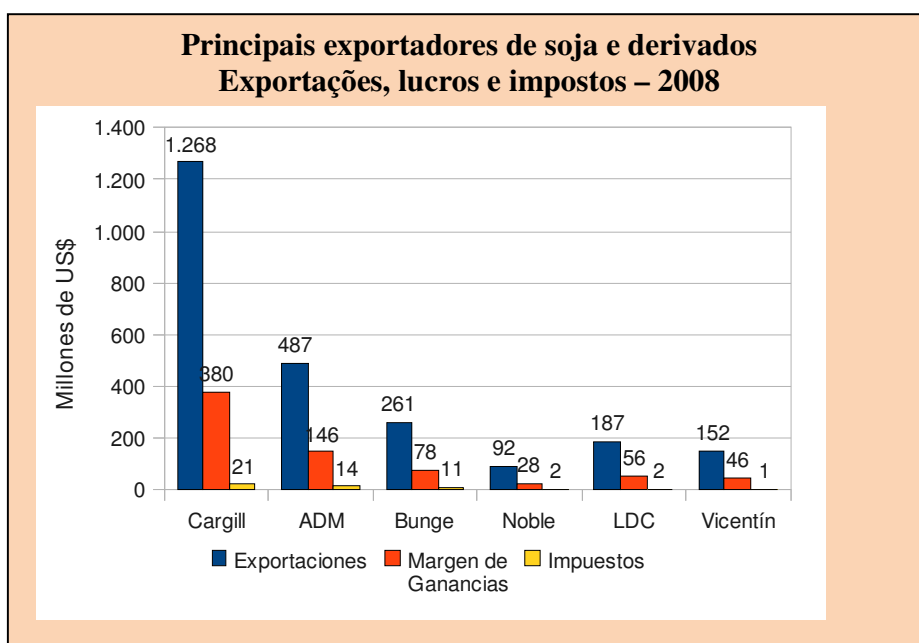
<sup>8</sup> Distrito é uma região administrativa que equivale a município no Brasil

<sup>9</sup> Comunidade próxima a Minga Porá.

cidade de Toledo. O trabalho esgota: a média de descarga é de 1.000 toneladas por dia e o trabalho é de pelo menos 10 horas diárias. As tarefas incluem descarga, seleção de grãos e alimentação dos fornos de secagem. As condições de saúde são deficientes: trabalhadores apresentam problemas respiratórios devido à poeira e aos agrotóxicos dos grãos. O salário é de 30 mil guaranis diários (aproximadamente US\$ 6,00).

## Principais empresas de soja no país

As principais empresas beneficiadas pela exploração da soja no Paraguai são as corporações estrangeiras: importadoras de insumos que exportam grãos e derivados, como o óleo e a farinha. A principal é a americana Cargill, que em 2008 exportou cerca de 1,286 bilhão de dólares, seguida da ADM, com 487 milhões, e da Bunge, com 261 milhões.



No nível produtivo, a cultura em grandes propriedades predomina. Em 2008, a média nacional de superfície por produtor de soja foi de 90 hectares. Mas a concentração do cultivo nas grandes propriedades é notória. Propriedades de mais de 1.000 hectares representam 44% da superfície de exploração de soja, enquanto entre 100 e 1.000 hectares abrangem 43%. Os 13% restantes correspondem às de menos de 100 hectares. Dentre os maiores produtores, tem destaque o brasileiro Tranquilo Favero, com mais de 50.000 hectares de soja, e a Cooperativa Colônias Unidas, no departamento de Itapúa, com mais de 100.000 hectares. A maioria da superfície está em mãos de brasileiros, na fronteira Leste e nos departamentos de San Pedro e Caaguazú. Existem também muitas empresas brasileiras no fornecimento de sementes, agrotóxicos e tratores, como as empresas do Grupo Favero, Agrofertil, Agrotec, Agrosan, Dejalpar e as cooperativas de colonos brasileiros agrupadas na Central Nacional de Cooperativas – Unicoop.

## Principais vetores da expansão da soja no Paraguai

---

Como visto anteriormente, a soja é principalmente produzida para exportação – o consumo interno não supera 5% do total. Mais do que isso, o destino principal é a exportação do grão sem valor agregado, em percentagem que tem se mantido, na última década, próxima aos 70%. A industrialização se mantém em 30%. Em 2010, será estabelecido um recorde na exportação de soja, já que só nos cinco primeiros meses do ano o valor da exportação superou o valor de todo o período anterior.

Destino da produção de soja entre 2000 e 2009			
	Exportações	Exportação	Industrialização
Ano	Em grão (t)	%	%
2000	2.025.552	71	28
2001	2.509.948	72	26
2002	2.385.979	67	31
2003	3.167.193	70	28
2004	2.664.415	68	30
2005	2.882.182	71	27
2006	2.380.344	65	32
2007	4.136.117	74	23
2008	4.439.166	74	22
2009	2.282.705	63	34

*Fonte: Capeco*

O consumo interno da oleaginosa e seus derivados é muito limitado, por ser um produto não tradicional, alheio aos costumes e cultura alimentares da população paraguaia. O consumo local não supera os 5% do total, e quase 75% da produção é enviada em grãos para o exterior. Enquanto isso, a maioria dos derivados industriais como óleo e farelo tem o mercado internacional como objetivo. No país, houve também programas, tanto de empresas privada quanto de instituições públicas, que promoveram a incorporação de usos alimentares a partir da soja. Por exemplo, a doação de “vacas mecânicas” para escolas com poucos recursos, para a elaboração de “leite” de soja. Estas tentativas não tiveram grande resultado e o consumo local de soja continua sendo reduzido.

Um outro potencial vetor para a expansão da soja é o biodiesel. A Lei 2.748/05, de “Fomento de los Agrocombustibles”, foi atualizada e regulamentada em 27 de abril de 2006 e estabelece que os agrocombustíveis são de “interesse nacional”. Os agrocombustíveis beneficiados pela lei são: biodiesel, etanol anidro e etanol hidratado. Na lei, estabelece-se “que é necessário estabelecer e impulsionar programas para favorecer a localização de empresas e indústrias em novos pólos de desenvolvimento no país, sob enfoque de cadeias



produtivas e clusters”. Portanto, os projetos de investimento para produzir agrocombustíveis nas áreas agrícolas, pecuárias ou industriais, promovidos por pessoas físicas ou jurídicas no país, usufruirão dos benefícios da Lei 2.748/05.

A lei estabelece que o Ministério da Indústria e Comércio tome medidas obrigatórias de mistura de biodiesel com o óleo diesel (entre 1% e 5%), e álcool com gasolina, a fim de assegurar o mercado por meio do incremento da demanda. Incentivos sob a lei 60/90 de investimentos são assegurados, além de serem promovidos acordos de cooperação com o Brasil. O artigo 16 da lei menciona especificamente a inclusão dos empreendimentos cujos projetos incluam a atenuação das mudanças climáticas, captura ou remoção de gases de efeito estufa, no marco regulatório do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O estipulado na lei, pode-se hoje dizer, não foi ainda cumprido. A empresa estatal Petróleos Paraguaio (Petropar) é a maior importadora – ao redor de 55% – do óleo para uso interno. E nem a companhia estatal nem as privadas cumprem com as misturas estabelecidas pela lei, pois não querem pagar o alto preço cobrado pelo biodiesel paraguaio. Segundo a estatal, o preço de 3.706 guaranis por litro (cerca de 0,80 centavos de dólar) não compensa o custo, devido ao atual preço do petróleo no mercado internacional. Quer dizer, à estatal convém vender o diesel sem o produto de origem vegetal, o que faz com que o biodiesel não seja ainda comercializado em larga escala nacionalmente.

O único convênio assinado na área pelo Paraguai é com o Brasil. Em maio de 2007, a visita do presidente Lula no marco do Seminário de Agrocombustíveis Brasil-Paraguai levou à assinatura de um memorando de entendimento. O presidente brasileiro esteve acompanhado de 30 empresários e os encorajou a investir no Paraguai. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil anunciou no seminário que disponibilizaria uma linha de crédito específica para financiar empresários brasileiros que decidissem investir em agronegócios no Paraguai. O documento assinado entre os dois governos incluiu, também, intercâmbio e programas de cooperação na obtenção de novas variedades e a incorporação de tecnologias mais avançadas de produção agrícola (sistemas de irrigação, fertilização etc.).

Há também diversos grupos privados investindo ou com interesse em novos projetos no Paraguai. O grupo luso-brasileiro Espírito Santo, por exemplo, possui uma empresa do setor agropecuário localizada em uma reserva natural privada chamada Ypetí, na qual vivem populações indígenas. A empresa foi denunciada em 2009 por contaminar os indígenas com agrotóxicos. Também a fundação espanhola Biocom – que possui investimentos na Argentina – sinalizou interesse em investir no Paraguai, ao passo que outros grupos de investidores da Índia (como a Corporação Petroquímica Formosa), a Fair Energy e a Grace THW Group (ambas de Taiwan), a Novamérica, do Brasil, além de firmas dos Estados Unidos, Reino Unido, Holanda e outros países europeus estiveram no Paraguai também, a fim de avaliar possíveis investimentos. Por fim, foi anunciado recentemente o “Paraguai Vende 2”, um programa da Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos com ênfase na produção de agrocombustíveis no país sul-americano.

<b>Empresa</b>	<b>Localização</b>	<b>Capacidade de produção (milhões de litros por ano)</b>
Frigorífico Guaraní Biodiesel	Itaiguá, depto. Central	12
Enerco	Areguá, depto. Central	6
Bioenergía AS	Itaiguá, depto. Central	4
Sebo Porá SRL	Limpio, depto. Central	6
Quest AS	Luque, depto. Central	1,8
Coop. Cosecha Feliz	Guarambaré, depto. Central	1,5
Frigorífico Concepción SA	Concepción, depto. Concepción	9
Bio-Paraguay SA	Itakyry, depto Alto Paraná	1,2
Agro Silo Santo Ângelo SA	Ñacunday, depto. Alto Paraná	1,8
Agro GF SA	Paso Cadena, depto. Caaguazú	1,8
<i>Fonte: FAO</i>		

Destas dez empresas listadas na tabela anterior, cinco utilizam a gordura bovina para processar o óleo que depois será mesclado com o diesel. As outras processam o óleo vegetal, mas em menor escala, pois não têm quantidade suficiente para satisfazer a demanda das empresas distribuidoras de combustíveis. Todas as empresas constituem uma Câmara de Produtores de Biodiesel, chamada Biocap (Câmara Paraguaia de Biodiesel), que tem representação no Ministério da Indústria e Comércio por meio da Rede de Investimentos e Exportações (Rediex). Todas as empresas nacionais e internacionais que investem na produção de agrocombustível possuem vantagens comparativas em relação aos outros grupos, já que não pagam o mesmo nível de impostos das demais companhias.

## Impactos da expansão da soja no Paraguai

---

O modelo de produção de soja em expansão – que se soma aos grandes latifúndios de gado pré-existentes – está concentrando em poucas mãos as terras cultiváveis do país e expulsando do campo agricultores e indígenas, que passam a ter mais dificuldades para terem acesso a uma alimentação adequada. Nos últimos anos<sup>10</sup>, o êxodo rural-urbano anual é de aproximadamente 90.000 pessoas (cerca de 18.000 famílias<sup>11</sup>). Os migrantes estabelecem-se na periferia de algum centro urbano, em pequenas parcelas de terreno que não lhes oferecem qualquer possibilidade de produzir alimentos. O baixo nível de instrução e a saturação do mercado de trabalho urbano lhes impedem de ter acesso a bens e serviços básicos. Assim, passam a criar estratégias de sobrevivência sem qualquer assistência do Estado. Já os camponeses que ficam no campo enfrentam a constante deterioração do meio ambiente, a destruição de suas plantações e a intoxicação direta, tudo causado pela utilização de potentes agrotóxicos nos cultivos mecanizados circunvizinhos.

A migração brasileira, por sua vez, teve três momentos importantes. O primeiro na década de sessenta, outro na de setenta e, o último, em meados dos anos oitenta, já coincidente com a expansão da soja na fronteira<sup>12</sup> com o Brasil. Há dados interessantes sobre a força dessa migração. Em 2005, entrou em vigor a Lei 2.532, que estabelece a zona de segurança fronteiriça, proibindo a venda de terra a estrangeiros a menos de 50 km da fronteira. A Comissão Inter-institucional pela Zona de Segurança Fronteiriça (Cizosef) realizou um levantamento em áreas dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú. Segundo o estudo feito no distrito de Nueva Esperanza, em Canindeyú, entre 2008 e 2009, revelou-se que 7% dos proprietários das terras eram paraguaios, 58%, brasileiros, e 1%, franceses. No distrito de Katueté, 11% eram paraguaios, 83%, brasileiros, e 1%, chineses. No distrito de Francisco Caballero Álvarez, 55% eram proprietários paraguaios e 42%, brasileiros. A média entre estes três distritos fronteiriços com o Brasil mostra que 61% dos proprietários eram estrangeiros, e destes, 90% eram brasileiros.

### Impactos ambientais: o desmatamento

---

A Mata Atlântica do Alto Paraná (Baapa, em espanhol) é uma das 15 eco-regiões que conformam o grande bioma da Mata Atlântica no Paraguai. As estimativas são de que originalmente ela abrangia uma área de 470 mil km<sup>2</sup> e estendia-se da Serra do Mar, no Brasil, até a Província de Misiones, na Argentina, e a parte oriental do Paraguai. Em 1945, o Baapa do Paraguai cobria oito milhões de hectares na Região Oriental. Hoje, está reduzido a 700 mil hectares – menos de 10% da cobertura original. A principal causa do

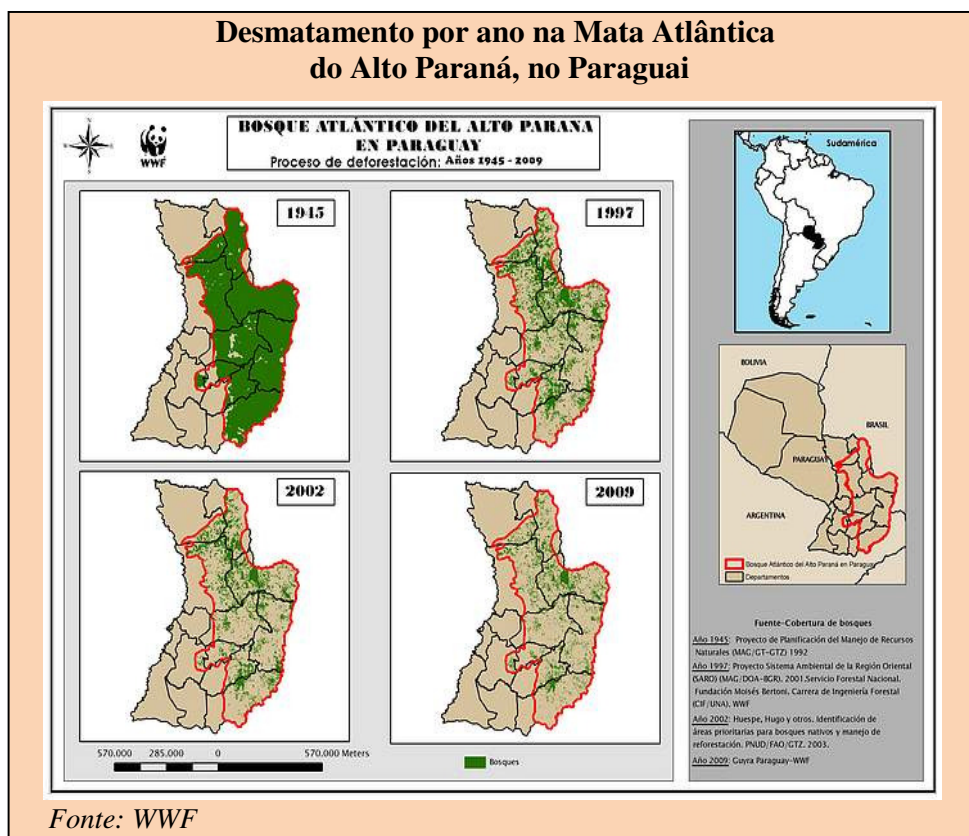
---

<sup>10</sup> Segundo a Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos e suas Encuestas de Hogares anuais.

<sup>11</sup> De pouco mais de 240 mil famílias que vivem em parcelas de menos de 20 hectares no país.

<sup>12</sup> Glauser, Marcos (2010) “Extranjerización del territorio paraguayo” (Asunción: Base IS).

avanço do desmatamento na região é a exponencial expansão do cultivo de soja. No mapa abaixo, pode-se observar a perda de mata na região.



No quadro abaixo se evidencia o nível de derrubada da mata em três meses de 2008, segundo os departamentos afetados, áreas que depois se tornarão solos destinados à soja.

**Desmatamento por departamentos paraguaios (em hectares)**

Departamento	Mai/2008	Junho/2008	Julho/2008	Total
Concepción	0	10	13	23
San Pedro	68	40	16	124
Guaíra	21	0	0	21
Caaguazú	3	237	56	296
Caazapá	9	0	13	22
Itapua	0	0	0	0
Paraguari	0	0	0	0
Alto Paraná	21	13	0	34
Amambay	0	0	6	6
Canindeyú	41	205	258	504
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>505</b>	<b>362</b>	<b>1030</b>

*Fonte: WWF*

Os departamentos historicamente com mais derrubada (Itapúa e Alto Paraná) são as áreas onde o cultivo de soja foi introduzido na década de setenta junto com a imigração de alemães, japoneses e brasileiros. Nessas regiões, a “cultura da soja” está consolidada e já quase não existem matas. Hoje, o maior desmate e ameaça de desaparecimento do restante da floresta acontece nos departamentos de Canindeyú, San Pedro e Caaguazú, que são regiões de expansão, capitaneada por empresas relacionadas especialmente a brasileiros. Cabe mencionar, também, que a zona da Baapa encontra-se sobre o Aquífero Guarani, ameaçado, assim, pela contaminação por agrotóxicos e depredação da mata.

Outro grave problema que traz riscos às comunidades camponesas é a contaminação de suas plantações e áreas de mata por espécies geneticamente modificadas. A disseminação dessas variedades pelo processo de reprodução das plantas põe em risco a soberania alimentar e a produção de sementes tradicionais por parte dos camponeses, já que as variedades podem adquirir características transgênicas, ficando sujeito às leis internacionais sobre patentes. Tudo isso ajuda a ampliar a migração rural-urbana. De modo geral, em todas as comunidades tem se registrado uma mudança fundamental na paisagem. Segundo opiniões recolhidas, o desmatamento intensivo foi provocado pela expansão da monocultura e causou até alteração climática significativa, com oscilações de temperaturas mais pronunciadas e um incremento de fenômenos meteorológicos extremos, como tornados, tormentas, inundações e secas.

Nas comunidades visitadas, a população assegura que nos últimos anos houve drástica diminuição na quantidade de peixes e animais selvagens, devido fundamentalmente ao desmatamento. As famílias consultadas também mencionam as secas e a poluição dos rios como a origem do desaparecimento da fauna aquática. A perda da mata afetou a sobrevivência da população pela diminuição dos recursos de caça e outros que significavam aportes à economia familiar, como a madeira (para construir e para lenha), ervas medicinais, mel etc. Na comunidade 12.000 Bertoni, onde um latifundiário desmatou milhares de hectares para iniciar o cultivo de soja, um morador comenta: “já não tem mata onde caçar”. Segundo ele, isso cria um forte impacto sobre a população, já que a caça representava também uma fonte adicional de alimentos. Por sua vez, o prefeito de Guayaibí denunciou que “tem se desmatado todas as grandes matas existentes na região para o cultivo da soja”.

### **Carvão vegetal usado no Brasil incentiva desmatamento**

No departamento paraguaio de San Pedro, a indústria do carvão parece estar a pleno vapor. Matas cortadas, fornos de pequeno e médio porte à frente das casas dos agricultores locais, caminhões carregados de carvão, madeira jogada à beira da estrada esperando para ser recolhida. Ao lado do gado no pasto, um ipê-roxo solitário é o registro da bela mata que um dia existiu naquela paisagem. O desmatamento em grandes áreas é substituído pelas áreas desmatadas nas pequenas propriedades, adaptando-se aos novos tempos e leis do país. Quem vê as casas dos camponeses com estoques de carvão armazenados no terreno, pensa, de imediato, qual o destino de tal produção. E, ao mesmo tempo, reflete sobre o que motiva

essa cadeia produtiva do carvão no Paraguai. Seria uma decorrência da situação de pobreza dos camponeses, aos quais faltam opções? Ou uma situação estimulada pelos países vizinhos, com destaque para o Brasil?

Entre os caminhões carregados de carvão que transitam pelas rodovias da região, um deles fornece uma pista interessante: ostenta bandeiras do Paraguai, Argentina e Brasil. E uma pesquisa nas importações de produtos paraguaios por empresas brasileiras revela que siderúrgicas no Brasil importam carvão paraguaio, sem conhecer ou fiscalizar praticamente qualquer aspecto – ambiental, trabalhista ou social – referente àquela produção.

Se a situação dos camponeses é preocupante, a dos indígenas é classificada como “bastante problemática” por Nicolas Benitez, líder indígena da Coordenação Interegional dos Povos Originais (Cirpo), que representa cerca de 20 comunidades em quatro departamentos do Paraguai (Canindeyú, Caaguazú, Guayra e Itapúa). Com problemas nas áreas de educação, saúde, terra, e enfrentando a contaminação de seus recursos naturais por agrotóxicos, os indígenas convivem com um aumento crescente de seus problemas, inclusive arrendando suas terras para as empresas ligadas ao agronegócio. Algo que a lei não permite, mas a prática sim, segundo Benitez.



*Caminhões carregados de carvão em uma rodovia do Departamento de Canindeyú, no Paraguai. Fonte: Repórter Brasil*

Os indígenas da região vendem sua pequena produção agrícola aos carros que passam na rodovia, buscando chamar a atenção com a colocação de abóboras e mandiocas à beira da estrada. Os filhos se aglomeram no quintal das pequenas casas de barro, enquanto os pais buscam comercializar a produção, sem sequer usar o idioma espanhol – falam só o guarani.

Uma abóbora de tamanho razoável sai entre 4 mil e 5 mil guaranis, ou menos de 2 reais. Bem próximo dali, no acostamento da estrada, uma carga de madeira aguarda para ser retirada. Parece não pertencer a ninguém, mas certamente possui um portador que deve chegar a qualquer momento (preferencialmente à noite), para recolhê-la. Nesse contexto, fica mais fácil compreender a explicação de Ladislau Bernardo, dirigente da Federação Nacional Campesina (FNC) no departamento de Canindeyú, concedida na rodoviária de Curuguaty, no departamento de San Pedro. De acordo com Bernardo, “muitas vezes, a produção de carvão acaba sendo a única fonte de riqueza dos campesinos”. Uma situação tão dramática que, quando as autoridades cogitaram proibir a produção e comercialização do carvão na região, tiveram como resposta um levante dos campesinos e indígenas da região. Diante da revolta, as autoridades recuaram. E o carvão local “continua a ir para o Brasil e para algumas indústrias no Paraguai”, segundo confirmação do próprio Bernardo.

Segundo apurado para esta pesquisa, parte do carvão produzido no Paraguai é comprado por siderúrgicas brasileiras, sobretudo aquelas localizadas no Estado de Minas Gerais, para servir de combustível em fornos de ferro-gusa. O carvão também é trazido por pequenas importadoras, que depois o revendem para as próprias siderúrgicas ou para restaurantes, onde são usados em churrasqueiras. Entre janeiro e junho de 2010, o Brasil importou 66 mil toneladas de carvão e produtos equivalentes do Paraguai, alta de 120% em relação ao mesmo período de 2009. A movimentação financeira chegou a US\$ 5,3 milhões, a décima-primeira categoria de produtos em volume financeiro. De acordo com um comprador de carvão de uma siderúrgica mineira, o volume importado poderia ser até três vezes maior, não fosse a crise por que passam algumas fabricantes de ferro-gusa. Voltadas à exportação, algumas mantêm os fornos desligados desde 2008, ano de início da crise internacional.

Grandes siderúrgicas brasileiras compraram carvão vegetal no Paraguai. É o caso, por exemplo, da Gerdau, uma das maiores do mundo. Questionada sobre quais parâmetros socioambientais a companhia exige de seus fornecedores, a empresa afirmou: "A Gerdau esclarece que realizou importações pontuais de carvão vegetal do Paraguai, seguindo rigorosamente a legislação ambiental vigente. A última importação do produto do Paraguai foi realizada em 2008 pela empresa". O carvão também é adquirido por siderúrgicas como Mat-Prima e Valinho, ambas de Divinópolis, Cisam, de Pará de Minas, e Ferguminas, de Itaúna – todas as cidades localizadas em Minas Gerais. Já grande parte das pequenas importadoras se estabeleceram nos municípios de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul, que faz divisa com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, e nos municípios de Novo Mundo, também no Mato Grosso do Sul, e Guaíra, no Paraná, ambos na divisa com a cidade paraguaia de Salto del Guairá.

Criada em 1993, a Mat-Prima tem capacidade de produzir 12 mil toneladas de produtos siderúrgicos por mês. A maior parte é exportada, através dos portos do Rio de Janeiro e de Vitória, este no Estado do Espírito Santo. A empresa compra o produto paraguaio através de pequenas importadoras e também usa combustível brasileiro fabricado nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. No caso do produto paraguaio, a Mat-Prima avalia que qualquer controle ambiental é de responsabilidade do produtor e da empresa importadora.

Também fabricante de ferro-gusa, a siderúrgica Cisam opera com carvão vegetal produzido no Brasil e no Paraguai. De acordo com um representante da empresa, o carvão é totalmente produzido com madeira oriunda de florestas plantadas, inclusive os carregamentos oriundos do Paraguai. A área de reflorestamento localizada no Paraguai foi implantada na cidade de San Juan Nepomuceno, no departamento de Caazapá, e é um empreendimento comandado por brasileiros. Já as siderúrgicas Ferguminas e Valinho estão com os fornos desligados atualmente, à espera da recuperação do mercado mundial. Quando estão em funcionamento, as duas empresas utilizam carvão fabricado no Paraguai.

Além dos problemas ambientais, sociais e trabalhistas que se escondem atrás da produção carvoeira paraguaia – e trazidos ao Brasil pelas empresas que o importam, o carvão do Paraguai é utilizado também pelos traficantes de drogas ou de produtos contrabandeados para introduzi-los no Brasil. De acordo com um profissional do setor aduaneiro da Polícia Federal (PF) de Foz do Iguaçu (cuja identidade será preservada), “o carvão é um convite para esse tipo de atividade, pois bloqueia o *scanner* utilizado na fiscalização de fronteira”.

Além disso, o carvão “prejudica o olfato dos cachorros, é sujo e absorve o cheiro dos materiais”. Até alguns anos atrás, o carvão paraguaio entrava quase sem impostos no Brasil, tornando seu preço muitíssimo baixo: um caminhão carregado de carvão custava algo em torno de míseros 1 mil reais. Após muitos conflitos para que o preço do carvão importado fosse aumentado, a tonelada, que entrava no Brasil por cerca de 20 dólares, agora está a um custo em torno de 100 dólares. José Alberto Iegas, chefe da delegacia da PF em Foz do Iguaçu, explica que é difícil estabelecer uma relação direta entre uma carga ilegal de drogas ou produtos contrabandeados com algum produtor de soja, carvão ou de outros materiais vindos do Paraguai. “O mais comum é o dono do produto principal nem saber que a carga estava com a droga, sendo que nesses casos normalmente o motorista é cooptado pelo esquema diretamente. Mas acontece também do traficante comprar a carga e misturar, fazendo o serviço completo”.

Iegas acrescenta que normalmente, os flagrantes desse tipo ocorrem em função de denúncias, investigações, pelo perfil da carga, ou pelo perfil da documentação. Segundo ele, embora seja complicado de se apontar a relação direta entre o produto ilegal e algum produtor, é certo, por outro lado, que “os grandes traficantes normalmente possuem várias atividades legais para a lavagem do dinheiro da droga, do contrabando, inclusive pela compra de propriedades rurais, ou por meio de investimentos no gado”. Segundo Iegas, é muito raro haver carga ilegal de soja ou de carvão, mas em determinadas situações pode haver problemas com o que vem disfarçado em meio desses produtos, principalmente com drogas e especialmente com a maconha.

Em Ponta-Porã, município do Mato Grosso do Sul que faz divisa com o Paraguai, a assessoria de imprensa da Polícia Federal afirma ser comum esse tipo de flagrante de droga e carga contrabandeada dentro dos carregamentos de carvão e de soja. Conforme a assessoria, trata-se de um subterfúgio muito usado pelos traficantes da região, sendo que em uma ocasião recente, foi encontrada uma carga de 11,7 toneladas de maconha em um caminhão de soja. De acordo com o setor aduaneiro da PF em Foz do Iguaçu, não é só com soja que se verifica a situação de contrabando e tráfico de drogas, mas também com o feijão, o milho, entre outros.



## **Contaminação por agrotóxicos de trabalhadores, água e terra**

---

As comunidades abordadas em estudo realizado em 2007 pela Base IS<sup>13</sup> demonstram com clareza a permanente violação dos seus direitos fundamentais pelo avanço do agronegócio. As mesmas encontram-se na zona de expansão da soja, próximas da fronteira com o Brasil. A existência, hoje, de comunidades camponesas em tais regiões foi originada por ocupações de “sem-terra”. Todas elas com processos de luta de vários anos.

O principal obstáculo para a permanência das famílias camponesas é a pouca terra de que dispõem, já que na medida em que aumentam os membros das famílias, os jovens, na sua maioria, não possuem terra para permanecer no local – ou as terras têm um preço muito alto que eles não podem pagar. Com isso, tendem a migrar de acordo com as oportunidades de trabalho. A maioria vai trabalhar nos campos de cultivo de soja como fumigadores ou nos silos, sofrendo com freqüentes problemas de saúde nas vias respiratórias por causa da poeira e dos agrotóxicos dos grãos.

Na zona de domínio da soja, as terras camponesas estão geralmente degradadas e com necessidade de insumos químicos, o que faz com que a produção tenha custos altos. Sem possibilidade de vender os produtos pela alta concorrência existente com os grandes produtores de soja, tendem a alugar a terra para os mesmos grandes produtores, obtendo uma renda em geral insuficiente para suprir as suas necessidades. Esta situação leva ao ingresso, na comunidade, de um tipo de produção que utiliza agrotóxicos e contamina os outros moradores, que acabam por abandonar suas comunidades.

Sem possibilidade de produzir alimentos, as estruturas familiares desmembram-se, os jovens migram e a violência aumenta. Junto com a perda da fertilidade do solo, verifica-se um processo de esgotamento e poluição das águas superficiais. Nos poços das fazendas, nota-se diminuição dos níveis de água. Reconhecem-se fenômenos de contaminação dos cursos de água com agrotóxicos, como também desaparecimento e/ou diminuição de riachos pelos processos de erosão ou sedimentação, tudo isso por causa do desmatamento das áreas ribeirinhas<sup>14</sup> no Paraguai.

---

<sup>13</sup> Palau, Tomás e outros (2007). “Los Refugiados del Modelo Agroexportador. Impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas”. (Asunción: BASE IS).

<sup>14</sup> “A gente vê as consequências que os agrotóxicos causam em nossa população. Os animais tem temporariamente como uma epidemia, chega um tempo, justamente quando chegam os plantios de soja que as galinhas e os patos morrem. No mesmo momento, onde é aplicado o veneno, os animais são afetados e as pessoas também, porque a gente registra várias crianças com diarreia, vômitos, também homens que agora têm problemas nos rins e mulheres que perdem os filhos, pelo menos no período de gestação” (Dirigente de Lote 8).



*Área com erosão na comunidade indígena Itakyry. Fonte: Base IS*

São cada vez mais extensos os sérios problemas sociais e ambientais causados pela intensa utilização de biocidas químicos (conhecidos como praguicidas, agrotóxicos, agroquímicos ou defensivos agrícolas) em zonas muito próximas de comunidades, colônias e outros assentamentos camponeses, afetando a saúde e a vida de comunidades inteiras: casas, escolas, zonas de lazer em geral, cursos de água, animais domésticos, chácaras familiares e comunitárias. Muitos casos de intoxicação que provêm das zonas de produção extensiva de soja, incluindo a morte de várias pessoas, foram difundidos pela mídia. O mais conhecido é o de Silvino Talavera<sup>15</sup>, de 2003.

É este o problema que maior relevância política adquiriu nos últimos meses, devido aos inúmeros casos reportados, com documentação, na imprensa, acerca dos efeitos da utilização exagerada de potentes herbicidas e inseticidas. A situação de maior relevo que aparece nas entrevistas das comunidades a respeito da saúde são os problemas que sofrem os moradores por causa da poluição por aspersão de agrotóxicos das monoculturas de soja transgênica resistente ao glifosato. Desde 2000, tem se registrado drástico incremento de casos de intoxicação, com diversas denúncias na imprensa e, em menor medida, na Justiça.

---

<sup>15</sup> Fátima Insfrán, médica que atendeu a criança e confirmou a morte por “intoxicação de organofosforados” relata o quadro de sintomas apresentado por Silvino Talavera ao chegar à emergência: “convulsões, desmaios, febre de 39 graus, diarreia, desidratação, um estado de choque muito grave que, com sucessivos ataques cardíacos que levaram a criança à morte”. A médica reforçou seu testemunho com sua experiência laboral; declara que é “pediatra há mais de 10 anos e que está na Emergência do Hospital Regional há muitos anos e ali recebem este tipo de problemas de contaminação com organofosforados”.

Por causa da magnitude do problema, o Ministério da Saúde mantém cadastro dos casos de intoxicação aguda por praguicidas. A partir de agosto de 2003, incluiu-se a vigilância dos casos de intoxicação por praguicidas na Direção de Vigilância de Doenças não Transmissíveis do Ministério de Saúde.

Em entrevista, a direção do departamento admite que o pessoal médico local, em geral, carece de capacitação sobre contaminação por agrotóxicos e, desde 2003, tem realizado cursos e seminários em diversos pontos do país. Nas entrevistas desta pesquisa, geralmente, as enfermeiras e os médicos admitem que, apesar de ser um problema espalhado na população rural, eles não possuem conhecimentos suficientes, ou recursos médicos, para poder levar a cabo tratamentos de desintoxicação. Contudo, o problema das intoxicações por causa das fumigações das monoculturas revela-se como um problema ignorado pela maioria dos funcionários públicos relacionados com o assunto.

A mesma situação se repete no município de Minga Porá, onde entrevistado da Secretaria de Saúde da Prefeitura informa que “existem denúncias, mas são casos muito isolados”, e a razão apontada é que “a densidade da população não é tanta para acontecerem muitos casos”. A médica do Centro de Saúde, porém, declara que as fumigações são “um eterno problema pois de um lado tem casas e do outro plantação (...) os vizinhos sempre reclamam, mas não tem solução (...) já fizeram muitas denúncias, mas ninguém os ouve”. Assim, na maioria dos casos os moradores não recebem resposta das autoridades quanto às denúncias. Nas entrevistas revela-se que o *boom* da soja, após o ano 2000, implicou em mais fumigações e isso disparou as denúncias e ações da população. Atualmente, em algumas comunidades, a situação permanece igual antes e, em outras, melhorou sutilmente.

Há indicativos de que os problemas de saúde mais frequentes nas comunidades estariam relacionados às fumigações e delatam sintomas de intoxicações crônicas, tais como nos aparelhos respiratório e o digestivo, e dores de cabeça. No caso de 78% das famílias entrevistadas, houve informações acerca de algum problema de saúde ocasionado pelas fumigações. Isso dá uma média de algo mais de dois afetados por família.

A maioria das autoridades, porém, parece não se importar com o problema: em entrevistas no distrito de Vaquería, o ex-prefeito chega a se perguntar: “Haveria problemas de saúde no distrito pela fumigação? Até agora, ninguém falou nada, a mim, pessoalmente ninguém veio e falou ‘isto me aconteceu por esta causa’”. Enquanto isso, os dirigentes de Mbokaja’i declaram que realizaram muitas denúncias ao prefeito, ao fiscal, ao Ministério do Meio Ambiente e à Comissão de Direitos Humanos com relação à contaminação com pesticidas. Apesar de outras autoridades de nível nacional terem comparecido à região, não houve respostas por parte das instituições, e as fumigações continuaram.

A contaminação dos cursos de água com agrotóxicos é um tema que também se repete. Nas comunidades do Alto Paraná e Caaguazú é mencionada a lavagem dos tanques nos riachos, com a conseqüente contaminação. Em várias comunidades, também se menciona terem sido encontrados embalagens usadas nos riachos. Para o conjunto das oito comunidades com as quais se falou, 80,7% da população assegura que suas fontes locais de água estão freqüentemente contaminadas. E, para 44,4%, essa contaminação é permanente.

Na comunidade de San Isidro, os dirigentes oferecem informe muito pessimista da acessibilidade às fontes de água: “Desde o começo do fenômeno da soja na região, secaram as zonas úmidas onde havia depósitos de água. Acabou porque havia que plantar soja, e secaram as nascentes pequenas que alimentavam as zonas úmidas. Não tem mais água e as condições são muito duras, é um processo de desertificação. O riacho que atravessa a comunidade costumava ser o local de lazer e pesca, agora ninguém pode tomar banho e não tem mais peixe”, disse um deles.

## **Violação dos direitos dos trabalhadores e dos indígenas pelo agronegócio**

---

As visitas às comunidades e as entrevistas realizadas indicam que o avanço da soja incentivou um processo de endividamento. Isso porque a produção mecanizada acentua as diferenças de renda entre famílias vizinhas e, conseqüentemente, gera competitividade entre os camponeses. E mais, o cultivo mecanizado, com menos mão-de-obra na lavoura, parece alterar os vínculos familiares e sociais. Os camponeses passam a buscar emprego fora da comunidade, onde enfrentam a alta taxa de desemprego rural. Desse modo, a coesão comunitária parece destruir-se paulatinamente, com o resultado, no longo prazo, do aumento na propensão a migrar para a cidade ou outras áreas rurais mais marginais.

A comunidade de Parirí, distrito de Vaquería, no departamento de Caaguazú, é o perfeito caso sobre o impacto e a fragmentação decorrente da expansão do monocultivo de soja. Esta comunidade iniciou-se a finais dos anos sessenta, chegou a ter uma população de 130 famílias no final dos oitenta, mas hoje só 39 famílias moram ali, devido à venda de terras. A maioria dos moradores tem, pelo menos, um campo de soja ao lado da sua casa, pois os produtores não só cultivam terras compradas, algumas com escritura e outras simplesmente com cessão de direitos, mas também em parcelas alugadas de vizinhos da comunidade.

Um outro fator a ser levado em conta é a crescente dependência dos ingressos por trabalho assalariado, que afeta as famílias rurais, camponesas e indígenas, frente à baixa produtividade das roças familiares e/ou comunitárias. Isso força os homens das famílias a aceitarem qualquer tipo de trabalho nas condições impostas pelos produtores de soja e criadores de gado, as quais incluem não só trabalho informal e esporádico, mas também pagamento do salário abaixo do mínimo legal e sistemas de quase servidão – como pagamento em vales para ser trocados em um comércio, o que está proibido expressamente no Código do Trabalho em vigência. Os diaristas, camponeses e indígenas, não possuem previdência social, sendo manifesta a falta de condições do Estado ao seu dever de inspeção das condições de trabalho destes setores da população.

“Quanto ao trabalho escravo, há trabalhadores em situação semelhante às verificadas no Brasil, de trabalho degradante, de servidão por dívidas”, afirma Elvio Trinidad, dirigente do Movimento Camponês Paraguaio (MCP) e representante do MCP na Mesa Coordenadora Nacional das Organizações Campesinas (MCNOC). “São trabalhadores que não têm consciência dos seus direitos, que não tem alternativa, que se encontram em situação muito difícil”, na análise de Trinidad. Segundo ele, as crianças são muito exploradas – e de forma

muito precoce – no campo. “É um problema grave, elas deixam de estudar e acabam nas ruas da capital Assunção”. Conforme Trinidad, a maioria das crianças chega do campo, e “a comunidade indígena é a mais deixada à deriva: não possuem casa, escola, condições mínimas. Estão em uma situação muito difícil”, ampliando o contingente de marginalizados que chegam às ruas da capital.

Luis Aguayo, secretário-geral da MCNOC, confirma que “o trabalho das crianças no campo no Paraguai é algo muito natural, quase cultural, em quase todas as regiões e junto a quase todos os trabalhadores”.

Segundo Bernardo Puente, representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Paraguai, a instituição não possui informações de que exista trabalho infantil na soja, até por ser uma cultura muito mecanizada. Quanto aos relatos de entrevistados de que existe uma forte exploração – e até a escravização – da mão-de-obra indígena na produção da soja paraguaia em algumas regiões do país, Puente afirma não possuir nenhuma informação nesse sentido. Mas destaca que a soja tem avançado sobre as terras das comunidades indígenas, além de contaminado os recursos naturais das mesmas, e expulsando os indígenas para as cidades, onde esses se tornam vítima das redes de exploração do trabalho.

O dirigente da OIT acrescenta que atualmente o Paraguai já conta com uma comissão nacional de combate ao trabalho forçado (como é chamado o trabalho escravo nos demais países da América do Sul para além do Brasil). “Estamos trabalhando fortemente com essa questão na região do Chaco paraguaio, uma vez que existem evidências de sua existência na área”. Segundo Puente, a OIT também possui evidências de que no departamento de Amambay integrantes da etnia Pai Tavitera estejam presos em fazendas da região por estancieiros brasileiros por meio de mecanismos semelhantes ao do trabalho escravo no Brasil. Para enfrentar os problemas no campo trabalhista envolvendo crianças e indígenas e o trabalho escravo, hoje o Paraguai conta com dois projetos de cooperação Sul-Sul nos quais o Brasil está envolvido.

A questão da fiscalização das condições de trabalho no Paraguai é hoje um tema de destaque na agenda local, o que é enfraquecido pelo fato de o Estado ainda apresentar debilidades no setor. Operações têm sido feitas no país para que a agenda do trabalho decente seja efetivada localmente, bem como para que se enfrentem os problemas relacionados ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. Tais operações têm sido realizadas tanto no caso das estâncias do Chaco, quanto na extração do calcário, no setor da produção de tijolos, entre outros. Conforme Puente, há evidências bastante fortes do envolvimento de empresas brasileiras nos problemas relacionados aos direitos trabalhistas no Paraguai, cujos impactos e responsabilizações estão sendo pesquisados pelas instituições locais.

Uma questão que dificulta em muito o combate à superexploração dos trabalhadores paraguaios é que, enquanto no Brasil existem muitos trabalhadores assalariados no campo, no Paraguai isso não é uma realidade. Além disso, “não existem sindicatos de trabalhadores rurais como no Brasil”, conforme explica Odilon Espínola, secretário-geral da Federação Nacional Campesina (FNC). Luis Aguayo, da MCNOC, explica que na década de oitenta tentou-se implantar os sindicatos dos trabalhadores rurais na região de Colônia Iguazu, em Alto Paraná, “mas hoje isso não existe”.

A situação dos indígenas torna-se ainda mais difícil por conta do desmatamento e da contaminação produzida pelo modelo agrícola predominante, que extermina em quantidade e diversidade a fauna e flora silvestres, fonte principal de alimentos dessas comunidades. O cumprimento da escassa legislação nacional sobre a matéria não é fiscalizado pelo Estado. A não proteção das fontes tradicionais de abastecimento alimentar de camponeses e indígenas trata-se, enfim, de uma renúncia do dever de proteger o direito a alimentação de cada um.

Na região oriental do Paraguai, as comunidades se converteram em ilhas rodeadas por cultivos mecanizados e sofrem o impacto direto do uso indiscriminado de agrotóxicos. Os riachos estão degradados e suas águas contaminadas. Os cultivos transgênicos ameaçam as variedades locais, geneticamente mais adaptadas, e prejudicam em diversas dimensões sociais, culturais e até espirituais os sistemas agrícolas tradicionais.

Com a privatização do território, os indígenas passam a ter acesso limitado a matas, donde colhem parte de sua subsistência. Muitos optam pela migração rumo às cidades. Os que ficam acabam se tornando mais propensos a situações de vulnerabilidade, sobretudo quando há crianças nas famílias. Diante da pobreza extrema e da exclusão social, adolescentes indígenas ficam mais vulneráveis sexualmente, sobretudo diante da presença de estrangeiros nas propriedades rurais.

### **O caso dos indígenas de Campo Agua'ê (foto da capa)**

A comunidade indígena Campo Agua'ê está localizada no distrito de Curuguaty, que fica no departamento de Canindeyú. O centro da comunidade se encontra a 3 km da Rodovia 10, na altura de seu km 25. Ela é formada por vários grupos familiares do povo Ava Guarani, relacionados entre si por laços de parentesco. Estimativas dão conta da existência de cem famílias, totalizando 500 pessoas. Como resultado de décadas de resistência e luta, a comunidade conseguiu que 980 hectares de terra fossem reconhecidos como dela pelas autoridades paraguaias, o que, na verdade, equivale a apenas uma parcela do território original do grupo tekoha Ava-katuete. Boa parte dessa área está ocupada hoje pelas empresas Nueva Esperanza AS, de capital árabe-brasileiro, e Hacienda Paraguay, de capital brasileiro. Ambas tinham como negócio a criação de gado desde meados da década de setenta, mas passaram mais recentemente ao cultivo de soja, sorgo e milho.

Não bastasse a ocupação de terras originárias dos indígenas, a violação dos direitos mais básicos da comunidade foi intensificada quando seus membros se viram privados de acesso a florestas e outros bens naturais dos quais dependiam para viver. A presença de não-indígenas nos arredores embasou denúncias de violência contra os indígenas, com o objetivo de afastá-los de suas áreas remanescentes. Apesar disso, as autoridades locais faziam vistas grossas, não apenas por não apresentarem qualquer tipo de política pública em prol da comunidade, mas também por não tomarem qualquer atitude contra as ameaças aos direitos daquela população. Uma das ameaças mais graves enfrentadas pela comunidade refere-se aos agrotóxicos nas áreas de cultivo das fazendas próximas ao território indígena. Em entrevistas a estes pesquisadores, diversos indígenas que bebiam água logo após as

fumigações deram relatos de febre, dor de cabeça e estômago, e vômitos – sintomas agravados entre as crianças. Houve problemas também com cultivos e criações dos indígenas. Membros da comunidade disseram que a fumigação ultrapassava a cerca com o vento e destruía cultivos, além de matar animais.

O desmatamento para a expansão do agronegócio agravou ainda mais a insegurança alimentar em Campo Agua'ê, pois árvores frutíferas donde se colhia e animais selvagens que eram caçados tornaram-se mais raros na região. O próprio acesso a esses bens naturais foi dificultado, na medida em que as fazendas passaram a contratar seguranças particulares para evitar o trânsito de indígenas que se deslocavam entre as florestas remanescentes. Como possuem poucas fontes de renda, os indígenas enfrentam dificuldade para substituir os alimentos resultantes da atividade extrativista. Existem famílias que não possuem nenhum membro com trabalho assalariado. A situação é agravada se seu cultivo tradicional não é muito produtivo. Enfim, a produção insuficiente para consumo próprio, a redução da quantidade de alimentos disponíveis na mata e os baixos rendimentos são as causas dos problemas de insegurança alimentar em Campo Agua'ê, onde a desnutrição é visualmente evidente entre as pessoas da comunidade, em especial mulheres, crianças e os mais idosos.

O emprego na lavoura oferecido aos indígenas, quando existe, é bastante precário. Não custa lembrar que o modelo do agronegócio da soja é famoso por necessitar de pouca mão-de-obra. Esse cenário de muita oferta de trabalho e de poucas vagas favorece a precarização: são postos de baixa qualidade, marcados pela alta rotatividade e a informalidade. Os indígenas trabalham como diaristas por pequenas remunerações, sem qualquer regulamentação estatal ou proteção previdenciária. Há relatos de que trabalhadores chegam a receber com “vales”, papéis sem valor legal que, em alguns casos, jamais foram trocados por dinheiro. Nesse contexto de violação dos direitos, as mulheres ocupam um papel de destaque, sobretudo a respeito de sua saúde reprodutiva. Uma jovem de 24 anos que vive ao lado da escola, que fica colada a uma plantação de soja, contou que já sofreu vários abortos, o primeiro aos 19 anos.

Médicos do hospital que atende a região afirmaram que o problema não tem origem nos agrotóxicos usados na vizinhança, o que não diminuiu a necessidade de que estudos específicos sejam feitos, dada a frequência com que ocorrem problemas graves de saúde pública nas proximidades de cultivos que usam agrotóxicos. Ainda com relação às mulheres, a necessidade de obter algum ganho faz algumas delas se prostituírem entre funcionários das fazendas, a maioria brasileiros de mais posses que as famílias indígenas.

Entre tantos problemas, a comunidade Campo Agua'ê necessita de energia elétrica, água potável, saneamento básico e posto de saúde. Se algum membro dela cai enfermo e necessita de medicamentos, a farmácia mais perto fica a sete quilômetros e o hospital está na distante Curuguaty. Não existem serviços emergenciais de ambulância e os indígenas são obrigados, quando necessitam, a pedir transporte aos funcionários das próprias fazendas de soja. O Instituto Paraguaio do Indígena também não está presente, nem para eventuais visitas de seus funcionários: nenhum dos entrevistados lembrou-se de qualquer encontro recente realizado por essas autoridades para debater os problemas locais.

Apesar disso, os indígenas foram em busca de seus direitos. Em 19 de outubro de 2009, representantes da Campo Agua'ê apresentaram uma denúncia contra as fazendas de soja vizinhas por uso indiscriminado de agrotóxicos. O documento foi protocolado na Unidade Penal Nº 1 e Especializada em Delitos contra o Meio Ambiente da região de Curuguaty. No dia 4 de maio de 2010, sete meses após a denúncia, uma primeira consulta ao processo foi realizada. O fiscal do governo já havia feito sua inspeção na área indígena, mas pouco produziu. Seu relatório de oito páginas não destacava os riscos de a plantação de soja e as fumigações estarem já a poucos metros da escola indígena.

A última autuação que existia com relação à questão era o testemunho do funcionário de uma das empresas denunciadas, datado de 1º de dezembro de 2009. Nascido no Brasil, ele declarou que o dono da propriedade é Sebastian Newson Mendez, domiciliado no estado brasileiro do Paraná. O funcionário relatou que o plantio de soja em larga escala ocorria já há três anos, e que ele não sabia da necessidade de se fazer uma barreira de proteção junto à “colônia indígena”. Além desse testemunho, não havia mais nada nos autos. Não se convocou o dono da propriedade a prestar esclarecimentos, não se pediram dados sobre possíveis irregularidades sanitárias ou contra a saúde pública, não se cobrou qualquer licença ambiental para o empreendimento, não houve pedido de perícia, não se multou os responsáveis, não se tomou qualquer medida para evitar mais danos à saúde das vítimas.

Em um caso de tamanha gravidade em que se encontra comprometida a saúde e a integridade física de centenas de pessoas, entre elas crianças; em que se encontram comprometidos o meio ambiente e a qualidade da vida humana; ante uma denúncia realizada por representantes de uma comunidade indígena, cuja integridade a Constituição paraguaia recomenda a Ministério Público cuidar; com agentes fiscais omissos que não tomam atitude alguma diante de flagrantes ambientais e contra a saúde humana – tudo isso revela o desamparo em que vivem a maior parte das populações indígenas no Paraguai. Na área de produção sojeira, percebe-se um padrão de impunidade que possibilita que os responsáveis dos estabelecimentos agrícolas e de pecuária atuem com absoluto desprezo às normas legais e aos direitos das comunidades tradicionais. Mais do que isso, a omissão do Ministério Público, dos fiscais e dos governos em geral facilita a expansão do capital associado ao agronegócio da soja, ao eliminar da terra o elemento indígena que a ocupa.

## **Conflitos agrários gerados pela expansão da soja**

---

A violação aos direitos humanos no Paraguai foi constante durante 2008 e 2009, principalmente em relação a temas como o acesso à alimentação, à moradia e à terra. Esse cenário ocorre principalmente em departamentos onde a soja está se expandindo. Os problemas são mais graves em comunidades campesinas e indígenas. No quadro seguinte, pode-se observar que Alto Paraná e Canindeyú, na fronteira com o Brasil, estão entre os líderes quanto ao número de acusados por crimes desse tipo – e são justamente os departamentos paraguaios com maior presença de estrangeiros.



<b>Acusações por ano e Departamentos</b>						
<b>Ano</b>	Concepción	San Pedro	Alto Paraná	Canindeyú	Capital	Total
2008	3	18	128	73	18	240
2009	93	7	7	0	0	107
<b>Total</b>	96	25	135	73	18	347

*Fonte: Boletim Direitos Humanos e Agronegócios (2009, n° 1)*

Já o quadro a seguir destaca a quantidade de pessoas presas nos departamentos. Em sua maioria, são dirigentes sociais que realizavam protestos contra o avanço do agronegócio. Novamente o destaque é dos departamentos com maior produção de soja. Além disso, Concepción e San Pedro somam, juntos, 393 pessoas presas. Isso também ocorre devido ao grau de organização de resistência dos movimentos sociais ao avanço dos sojeiros.

<b>Pessoas detidas por ano e Departamentos</b>								
<b>Ano</b>	Concepción	San Pedro	Caaguazú	Caazapá	Alto Paraná	Canindeyú	Capital	Total
2008	56	83	55	90	186	87	-	557
2009	94	160	0	-	7	-	1	262
<b>Total</b>	150	243	55	90	193	87	1	819

*Fonte: Boletim Direitos Humanos e Agronegócios (2009, n° 1)*

Por outro lado, se observa no quadro seguinte que, no período de levantamento, a desocupação de terras ocupadas por organizações camponesas ocorreu com intensidade nos departamentos paraguaios fronteiriços com o Brasil – Alto Paraná e Canindeyú – com San Pedro apresentando números também elevados.

<b>Desocupações de áreas por ano e Departamentos</b>								
<b>Ano</b>	Concepción	San Pedro	Caaguazú	Caazapá	Alto Paraná	Itapúa	Canindeyú	Total
2008	1	6	4	1	12	2	7	34
2009	2	8	1	1	3	2	1	18
<b>Total</b>	3	14	5	2	15	4	8	52

*Fonte: Boletim Direitos Humanos e Agronegócios (2009, n° 1)*

## **Soja concentra terra no Paraguai e no Brasil**

Seja no Paraguai ou no Brasil, os censos agropecuários têm confirmado a relação de causa e efeito entre a expansão da lavoura de soja e a concentração fundiária. De acordo com o sociólogo paraguaio Marcos Castilho, que realizou uma pesquisa sobre os impactos da soja em seu país com apoio do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso) e da Base Investigaciones Sociales, os dados do censo de 2008, último disponível, apontam que há só 703 sojicultores que possuem propriedades com mais de mil hectares. Somadas, essas fazendas atingem 1,1 milhão de hectares, o que representa 48% do total da área de soja do Paraguai e 35% da área de todos os cultivos do país.

Para Castilho, a cultura da soja pode ser interpretada como um processo de acumulação de capital que cobra custos dos camponeses, da natureza e dos direitos dos trabalhadores. “São poucos os benefícios desse modelo para o país. Os impostos são baixos. No negócio da soja, o país entra com a terra e um pouco de força de trabalho. E só. Em 2008, o PIB paraguaio cresceu 6%, dos quais quatro pontos percentuais tiveram origem nas exportações do agronegócio.

“Mas é uma riqueza que não é dividida com o povo”, afirma o sociólogo. Ao analisar os dados do censo, Castilho detalhou como a soja tornou-se protagonista no processo de concentração fundiária do país. Entre 1991 e 2008, o número de produtores do grão aumentou apenas 3,8%, para 27.735. Apesar disso, a área cultivada de soja avançou 345%, para 2,4 milhões de hectares, sendo 48% distribuídos entre propriedades maiores do que mil hectares e 41% naquelas entre cem e mil hectares.

Sinal da concentração fundiária, também entre 1998 e 2008 o número total de propriedades rurais paraguaias caiu 5,7%, para 289.666 unidades. O maior recuo ocorreu entre as pequenas propriedades, sobretudo as de 20 a 50 hectares: passaram a existir apenas 22.866 delas em 2008, 27,5% a menos do que em 1991. Já as grandes propriedades, acima de 500 hectares, registraram aumento do número de unidades: passaram a ser 7.464, alta de 56,9%. A ocupação do território paraguaio pela agropecuária também é revelada pelos censos. Em 1991, elas ocuparam 59% do país e, em 2008, chegaram a 76% do total de terras nacionais. As pastagens ainda ocupam a maior parte dessa área, 57%, enquanto os cultivos atingem 10%, dos quais 73% são áreas de soja.

No caso do Brasil, os dados do censo agropecuário de 2006, o último disponível, demonstram por que o país é reconhecido como um dos que possui uma das estruturas fundiárias mais desiguais do mundo. Enquanto pequenos lotes com menos de 10 hectares ocupavam 2,7% da soma de propriedades rurais naquele ano, grandes fazendas com mais de mil hectares concentravam 43% do total. A soja foi a cultura que mais cresceu na última década, registrando um aumento de 88% na produção e 69% na área colhida. Isso representa uma expansão de 6,4 milhões de hectares, em grande parte no Centro-oeste brasileiro, próximo à fronteira com o Paraguai.

O grau de concentração de terras no país está praticamente inalterado desde 1985, ano que marca o início da redemocratização brasileira, apesar dos bilhões que têm sido investidos no programa nacional de reforma agrária. Segundo o censo de 2006, o índice de Gini – indicador da desigualdade no campo – registra 0,854 pontos, patamar próximo aos dados verificados nas duas pesquisas anteriores: 0,856 (1996) e 0,857 (1985). Quanto mais perto essa medida está do número 1, maior é a concentração na estrutura fundiária. O Mato Grosso, Estado com maior produção de soja do país, possui índice de desigualdade de 0,865, o segundo maior do país.

## **Movimentos sociais e ONGs atuam para denunciar os impactos**

---

Há uma série de organizações paraguaias atuando para denunciar os impactos causados pela soja. A Coordenadoria Nacional de Vítimas do Agronegócio, por exemplo, foi criada em 2008 para ser a instância multi-setorial de articulação entre organizações camponesas, indígenas, de bairro e instituições estatais. A coordenadoria ajuda a apresentar denúncias sobre comunidades afetadas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos.

Outra instância importante é a Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai (Codehupy), que aglutina instituições sociais e privadas que trabalham em prol dos direitos humanos. A partir da Codehupy, são feitas denúncias nacionais e internacionais sobre violações aos direitos das comunidades sobre a terra, alimentação, moradia, sociais, políticos e culturais. Uma outra iniciativa de luta foi lançada pela ONG Base Investigaciones Sociales em 2009. Trata-se do Observatório de Direitos Humanos e Agronegócio, que divulga boletins a cada três meses.

### **Pressionados, camponeses lutam para garantir sobrevivência**

---

Os camponeses paraguaios lutam para garantir sua sobrevivência, modo de produção e sua cultura, enquanto a soja cresce vertiginosamente no país. O Paraguai apresenta hoje uma distribuição populacional em que cerca de 40% do povo vive no meio rural, e uma economia em que boa parte das pessoas se situa na linha da pobreza ou abaixo dela. Sem opções no campo, e enfrentando graves conflitos no meio rural, milhares de camponeses tem migrado ano a ano para as maiores cidades.

Neste cenário, os movimentos sociais representativos dos camponeses têm sido levados a defender a construção de um projeto nacional voltado para a maioria dos paraguaios. Um projeto que garanta a soberania do país frente ao avanço dos grupos do agronegócio, e que tenha na realização de uma verdadeira reforma agrária uma de suas bandeiras centrais.

“Os camponeses estão sendo desterrados. Não há políticas especiais para o campo”, denuncia Magui Balbunea, da Coordenação Nacional das Mulheres Rurais e Indígenas (Conamuri). A dirigente analisa que as consequências do atual modelo de produção que predomina no campo no Paraguai são cada vez mais graves, e que, conforme há mais soja, mais sem-terras se somam aos acampamentos existentes, ao passo que menos terras agricultáveis se encontram disponíveis para os camponeses. “Há um empobrecimento terrível no campo, e migração para as maiores cidades”, acrescenta ela.

Nas estimativas da Mesa Coordenadora Nacional das Organizações Camponesas (MCNOC), cerca de 100 mil pessoas estão deixando suas terras a cada ano. Do outro lado

do mesmo processo, a MCNOC estima que a concentração de terras em latifúndios cresceu cerca de 34 vezes nos últimos vinte anos, sobretudo sobre as comunidades e sobre as terras indígenas. “Há fome, muita fome, por causa desse modelo”, afirma Luis Aguayo, secretário-geral da MCNOC, entidade que reúne sob sua guarda aproximadamente 27 mil famílias. De acordo com Aguayo, cerca de 2,4 milhões de paraguaios vivem na faixa da pobreza, e outros 1 milhão vivem sob extrema pobreza.

Na análise dos movimentos campestinos, a “sojización” do Paraguai, conforme eles definem o processo atual de avanço da monocultura da soja no país, leva ao aprofundamento da dependência do Paraguai frente a empresas e outras nações. “Ela impossibilita o desenvolvimento industrial e disso se acentuam os problemas sociais e econômicos”, explica Odilon Espínola, secretário-geral da Federação Nacional Campesina (FNC). Espínola acrescenta que a especulação em torno da terra é outra consequência grave do atual modelo, e que os campestinos “não podem mais pagar o preço pela terra” – ou resolvem vendê-la.

## **Mulheres em risco**

---

Se a situação no campo pode ser tomada como preocupante para os campestinos paraguaios em geral, há grupos ainda mais vulneráveis às atuais transformações, e que pagam mais caro frente ao quadro colocado. Segundo Magui, da Conamuri, “os problemas atingem sobretudo as mulheres, que absorvem essa situação de abandono no campo, não possuem preparo profissional, não compreendem espanhol, e enfrentam graves consequências ao migrarem para as cidades”.

A Conamuri, considerada uma das entidades sociais mais importantes do Paraguai, bem como uma das mais representativas da luta das mulheres, aponta uma série de situações de maior ou menor gravidade enfrentadas hoje pelas mulheres nas cidades paraguaias. Os problemas vão da superexploração de seu trabalho a pagamentos miseráveis por sua força de trabalho, mas incluem também a redução das mulheres a condições análogas à escravidão, bem como a cooptação por redes de prostituição com ramificações na Argentina e na Espanha.

“É um problema social e também cultural, de perda de identidade”, analisa Magui. “Estamos perdendo a soberania alimentar, nacional e territorial”. Para ela, “os agrocombustíveis agravaram os problemas”, ao acentuar nos últimos anos o crescimento da produção da soja no Paraguai – e dos respectivos conflitos.

A questão cultural citada pela dirigente da Conamuri não é marginal ou secundária. Pelo contrário. Incomoda e promove transformações importantes no país e no modo e objetivos de vida dos campestinos. “Estamos muito perto do Brasil, convivendo com um grande número de ‘brasiguaios’, e estamos discutindo muito isso, de como valorizar nossa cultura, de como dialogar com outras culturas sem simplesmente assumi-las, muitas vezes em lugar da nossa”, conta Ladislau Bernardo, dirigente da FNC no departamento de Canindeyú.



*Ladislau Bernardo, dirigente da FNC no departamento de Canindeyú*  
*Fonte: Repórter Brasil*

Em Curuguaty, no departamento de San Pedro, onde Bernardo concedeu entrevista, o som dos grandes e vistosos carros toca ao máximo nas ruas e praças locais. Lembra, claro, o jeito de “escutar” música de algumas cidades do interior brasileiro. E é um hábito que desagrada a muitos paraguaios “Mas não tem muito o que fazer, não tem como reclamar, reagir”, resigna-se o dirigente da FNC.

Bernardo recorre à Constituição Nacional, para lembrar que ela “determina o que os estrangeiros podem fazer, e o que está acontecendo não está de acordo com a Constituição”. Os conflitos envolvendo brasileiros e campesinos são diversos, e Bernardo afirma haver muitas ações dos brasileiros contrárias aos campesinos. “Há ‘brasiguaios’ que agem com muita prepotência e violência. Tivemos casos até de seqüestro de filhos de campesinos para que desistamos de lutar”.

## **Assentamentos em disputa**

---

O Paraguai experimentou uma importante transformação na distribuição de sua população ao longo das últimas décadas, quando boa parte da população deixou o campo rumo às cidades. Segundo Elvio Trinidad, dirigente do Movimento Camponês Paraguaio (MCP), entidade que reúne 14 mil famílias campesinas, cerca de 70% a 75% da população vivia no meio rural até a década de 1960. Atualmente, segundo o censo agrícola mais recente, cerca de 43% da população ainda vive no campo. Assim, a população rural representa cerca de 2,2 milhões de paraguaios. Pessoas que vivem, em boa parte, diretamente da agricultura.

De acordo com Trinidad, “hoje temos de 300 mil a 500 mil campesinos sem terra para produzir”. Além da migração para as cidades, onde nem todos encontram empregos – em Assunção, por exemplo, há inúmeras pessoas sobrevivendo de bicos, empregos informais,

ou, simplesmente, ganhando a vida como pedintes ou limpadores de pára-brisa nos semáforos – muitas pessoas têm optado inclusive por sair do país. “A terra, que anteriormente estava com a comunidade campezina, agora está sob o controle dos sojeiros”, denuncia Trinidad. O processo de chegada da soja começou ainda durante a ditadura, acentuando-se com a crescente chegada de empresas brasileiras nas últimas décadas.

Apesar da forte presença de brasileiros entre os produtores de soja, Trinidad faz questão de diferenciar as lutas campezinas de um enfrentamento direto com as pessoas do país vizinho. “Não estamos em luta contra os brasileiros. Nós estamos em luta frente a esse modelo de produção, que só beneficia alguns, e não é voltado para a coletividade, para os que necessitam”. Para o dirigente do MCP, contudo, é preciso questionar o fato de serem produtores estrangeiros “que exportam a produção, levam as riquezas para fora daqui, e usam grandes quantidades de terra e recursos naturais sem deixar benefícios para o povo”.

O uso da terra para a produção da soja tem, realmente, levado a conflitos pela terra, em boa parte dos casos fomentadores de uma maior concentração fundiária no Paraguai. É comum, por exemplo, que lotes de assentamentos sejam vendidos para médios e grandes proprietários. Um processo mais acentuado na fronteira com o Brasil, sobretudo em Alto Paraná, mas que ocorre também nos departamentos de Canindeyú, Itapúa e agora em San Pedro, e ainda um pouco em Misiones e em Guayra, conforme levantamentos da MCNOC.

Em San Juan, no departamento de Canindeyu, um assentamento que possui cerca de 6 mil hectares e no qual vivem 600 famílias está sendo palco de processo de utilização irregular dos lotes dos campezinos para a produção de soja. O assentamento, composto por pessoas da região, que necessitam da terra para produzir e sobreviver, já perdeu em torno de 50% dos lotes, que não estão mais sendo utilizados pelos pequenos agricultores. “E são os brasileiros que estão fazendo isso, com alguns paraguaios se prestando a esse serviço”, questiona Odilon Espínola, secretário-geral da FNC.

Os brasileiros, em diversas situações, acabam sofrendo duras conseqüências ao se verem envolvidos em conflitos fundiários no país vizinho. Na região do município de Itaquiraí, no Mato Grosso do Sul, por exemplo, mais de 600 “brasiguaios” amontoavam-se sob barracas de lona preta ao longo da rodovia BR-163 desde maio deste ano. Expulsos do Paraguai, os brasileiros voltaram ao Brasil sem ter para onde ir e deixando para trás o que haviam conseguido construir no Paraguai. O caso, que conta com acompanhamento do Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul (MPF-MS) e do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Estado, é considerado pelo Itamaraty como uma das situações mais preocupantes enfrentadas por brasileiros que vivem fora do país.

Contudo, a realidade no Paraguai parece ser mais complexa e delicada do que se pode supor a partir das primeiras impressões que esse caso denota. O problema dos conflitos fundiários envolvendo brasileiros atinge desde médios e grandes proprietários, que tiveram de deixar as terras em que produziam, a peões de fazendas que foram desocupadas, passando, ainda, por pequenos produtores “brasiguaios” que também tinham sua sobrevivência no país intimamente ligada à terra. Mas muitas terras envolvidas nos conflitos possuem problemas de titulação, ou foram ocupadas de maneira irregular, e estão sendo reivindicadas agora pelos paraguaios. Em meio às disputas, que respingam de forma preocupante para todos os

lados, há inclusive relatos de empresas ligadas ao agronegócio que se valem dos conflitos e de “laranjas” para desocupar as propriedades e depois incorporá-las aos seus empreendimentos de produção.

Ladislau Bernardo, dirigente da FNC no departamento de Canindeyú, estima que cerca de 40% das terras locais estejam com brasileiros. “Há muitas terras em nome de paraguaios, mas que são de fato dos brasileiros”. No departamento de San Pedro, o assentamento Maracanã, próximo a Curuguaty, está hoje sujeito a esse assédio. Conquistado como resultado da luta de camponeses frente a um latifundiário da região, as terras são alvo da cobiça e de ofertas de compra – muitas delas realizadas por brasileiros. Por três lotes de assentados (30 hectares no total), são oferecidos cerca de 200 milhões de guaranis, algo em torno de 80 mil reais. Um montante bastante razoável para os padrões paraguaios. “Depois de vender essas terras, contudo, o camponês vai viver na cidade, até gastar todas suas 'pratas' e ficar sem opções para sua sobrevivência”, alerta Bernardo.

## **Resistência camponesa**

---

No distrito de Capiivary, departamento de San Pedro, a situação é semelhante à de Curuguaty. Os brasileiros chegaram à região somente em 2003, após comprarem estâncias de paraguaios. À época, não havia ainda plantio de soja, mas pastagem para o gado – e belas florestas. Segundo Florencio Martinez, líder camponês local, “os brasileiros trouxeram seu modelo de produção, usando máquinas e muito veneno. Os pequenos produtores passaram a conviver com água e terra contaminados”.

Pedro Martinez, colega de Florencio na organização camponesa local, conta que as mudanças trazidas com os brasileiros criaram dificuldades para os pequenos agricultores locais seguirem com seu modo de vida. “Não havia como produzir mandioca, milho, batata e banana como antes. Muitos já preferiram sair de Capiivary”, lembra ele. “Era gente que possuía 10 ou mais hectares. Venderam as terras e foram para as cidades. Mas quando o dinheiro acaba não há mais como viver”.

O final do dinheiro vem acompanhado de outros males, talvez até mais graves que estar sem recurso para os custos consigo e com a família para os dias vindouros. “Muitos acabam caindo na delinquência e na prostituição”, comenta Florencio. “Tentamos resistir. Fazemos mobilizações, bloqueamos as estradas e exigimos a recuperação da terra contaminada. Mas não contamos com o apoio de ninguém, nem do governo”, afirma ele. Florencio afirma ter sido “seqüestrado e torturado com um cassetete em 2004 e 2008, a mando de um grande produtor brasileiro que tem fazendas na região”.



*Florencio Martínez e Pedro Martínez, líderes campestinos em Capiivary*  
*Fonte: Repórter Brasil*

O campestino acrescenta que seu caso está longe de ter sido uma exceção, um excesso por parte das autoridades ou dos grandes produtores. “Muitos de nós foram presos e outros assassinados. Isso desmobiliza a base”. Os Martínez estimam que hoje os latifundiários possuem 230 mil hectares dos 340 mil que compõem o distrito de Capiivary. “Mas não vamos desistir. Temos uma rádio comunitária que nos ajuda a falar com a população local. É a Ko’erory FM”, anima-se Florencio.

## **Saídas e propostas**

---

O quadro atual tem levado as organizações campestinas a apostarem em diversas bandeiras, de resistência e de projetos futuros. Elvio Trinidad, dirigente do MCP, explica que os movimentos estão mobilizados, por exemplo, por um projeto de lei para que a exportação de matéria-prima tenha sua tarifação reavaliada, uma vez que a soja hoje produzida no país conta com diversos incentivos fiscais e quase não paga impostos – embora gere altíssimos lucros para os empreendedores envolvidos em sua cadeia produtiva.

As chances de aprovação no Congresso Nacional são pequenas, até pelo fato de os campestinos contarem com uma participação débil no Congresso, segundo a definição do próprio Trinidad. “Estamos, na realidade solicitando algo muito pequeno, uma pequena parcela de tributação dessas riquezas, mas não acreditamos que aprovem, pois a maioria dos parlamentares não é a favor a essas mudanças e à reforma agrária”.



Em San Pedro, um acordo foi costurado entre o governo do departamento, os produtores e organizações camponesas locais no início de julho, recebendo destaque nas manchetes dos jornais da região. O acordo, contudo, não teve a participação, por exemplo, da FNC, segundo explica Ladislau Bernardo, dirigente da entidade em San Pedro. “Não é um acordo conosco. Há muitas organizações e há visões distintas, sendo que existem aqueles que possuem relação com os sojeiros”, acrescenta, concluindo que sua organização não concorda com essa orientação de atuação de outras entidades.

A Conamuri também afirmou que desconhecia os termos e a existência do acordo. E as demais organizações camponesas nacionais procuradas para comentar o acordo não responderam aos pedidos de esclarecimento – mas tão pouco haviam sido citadas no jornal. Já Trinidad, sem fazer menção direta ao acordo, faz questão de frisar que as questões ligadas aos camponeses eram anteriormente ignoradas, e que agora ao menos se encontram em debate. O dirigente reconhece avanços do governo Lugo também na área da soberania energética (frente ao Brasil e à Argentina), e destaca que boa parte dos camponeses apóia o processo de mudanças que o governo ora tenta capitanear.

Ladislau Bernardo destaca, por fim, que, “no Paraguai, dependemos da agricultura, e há muito tempo que os governos de turno não possuem uma política de valorização dos camponeses, que é um caminho fundamental para sair da pobreza”. Para o dirigente camponês, é preciso que seja priorizada uma política agrícola, junto a uma política industrial, “daí que virá o desenvolvimento”.

A produção de algodão seria um exemplo interessante nesse sentido, por poder servir de base a uma indústria e por já ter representado um setor de importante peso na agricultura do país. A realização de uma efetiva reforma agrária, por fim, também é apontada como fundamental pelas organizações. Para Bernardo, “há que se fazer uma luta nacional. Precisamos de um projeto de desenvolvimento nacional”. Ele conclui registrando que “existe muita riqueza no Paraguai. O que precisamos aprofundar é a sua distribuição”. Qualquer semelhança com o que acontece no campo brasileiro não será mera coincidência.

# Expediente

---

## **Repórter Brasil** Organização de Comunicação e Projetos Sociais

**Coordenação geral**  
Leonardo Sakamoto

**Centro de Monitoramento de  
Agrocombustíveis**  
Marcel Gomes (coordenação, pesquisa e  
textos)  
Antonio Biondi (pesquisa e textos)  
Verena Glass (pesquisa)

**Suporte financeiro**  
Fabiana Garcia

**Suporte administrativo**  
Edilene Cruz

**São Paulo**  
Rua Bruxelas, 169, São Paulo-SP, CEP  
01259-020  
Telefones: (55) (11) 2506-6570  
biobr@reporterbrasil.org.br

## **Base** Investigaciones Sociales

**Pesquisadores participantes do  
relatório**  
Tomás Palau  
Guillermo Ortega  
Luis Rojas Villagra  
Milena Pereira  
Richard Doughman

**Assunção**  
Ayolas 807 esq. Humaitá  
Telefone: +595 21 451 217  
Telefax: +595 21 498 306

### **Apoio**



**Solidaridad**